

10 A 12 DE JUNHO DE 2025



O BANCO MUNDIAL E A RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Andressa Helena Sampaio
Universidade Estadual de Montes Claros
ahelenasampaio@gmail.com
Maria de Lourdes Brito Silva Ribeiro
Universidade Estadual de Montes Claros
lourdes.brito.silva@gmail.com
Zilmar Santos
Universidade Estadual de Montes Claros
zilmar.santos@unimontes.br

Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação

Resumo simples

O Banco Mundial (BM) exerceu um papel decisivo nas políticas educacionais brasileiras, orientando-as por condicionalidades atreladas a reformas neoliberais. Sua atuação influenciou a estrutura do sistema educacional, promovendo descentralização da gestão federal, privatizações e foco em avaliações de desempenho. Apesar de ampliar o acesso, esse modelo acentuou desigualdades, mercantilizou o ensino e reduziu a autonomia de professores e gestores públicos. Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros, analisa criticamente tais impactos, destacando os desafios em conciliar qualidade de ensino, acesso à educação e lógica de mercado.

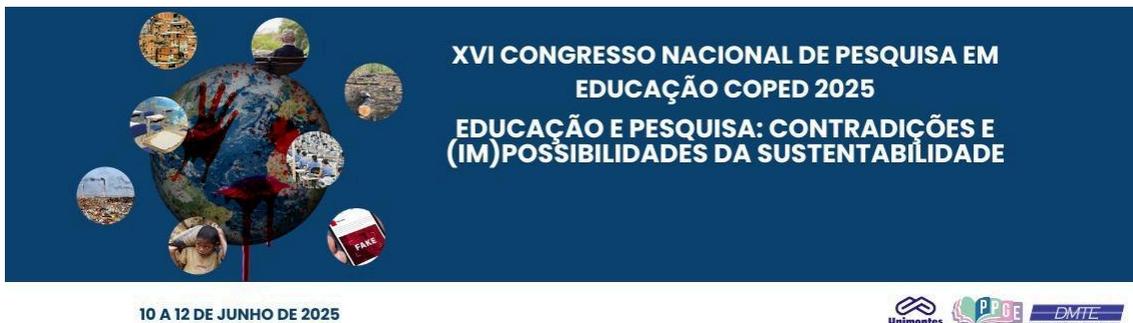
Palavras-chave: Banco Mundial; Políticas Educacionais; Neoliberalismo; Educação.

Introdução

Criado em 1944, durante a Conferência de Bretton Woods, o BM surgiu como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o propósito de reconstruir a Europa pós-guerra (Mason & Asher, 1973). Na década de 1960, ampliou sua atuação aos países em desenvolvimento, com a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), passando a financiar projetos educacionais a partir de 1968, sob a lógica do "capital humano" (Kapur et al., 1997). Sua influência cresceu com a imposição de condicionalidades que vinculavam empréstimos a reformas neoliberais, tornando-se um agente central na redefinição das políticas educacionais globais. No Brasil, o BM foi o principal financiador de reformas desde os anos 1970, estabelecendo diretrizes que reorientaram prioridades em modelos de gestão educacional (Cunha, 2002).

Justificativa e problema da pesquisa

A importância deste estudo reside no impacto duradouro das políticas do BM na educação brasileira, especialmente em um contexto de reformas estatais e avanço do neoliberalismo.



Objetivos da pesquisa

Analisar a influência do BM na formulação e execução das políticas educacionais no Brasil e identificar seus impactos nos processos pedagógicos.

Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

A pesquisa fundamenta-se em Saviani (2008), Dourado (2007), Peroni (2015) e Afonso (2009), que discutem a relação entre políticas educacionais, neoliberalismo e mercantilização da educação. Esses autores apontam como organismos internacionais impactam a autonomia das políticas públicas e reforçam desigualdades.

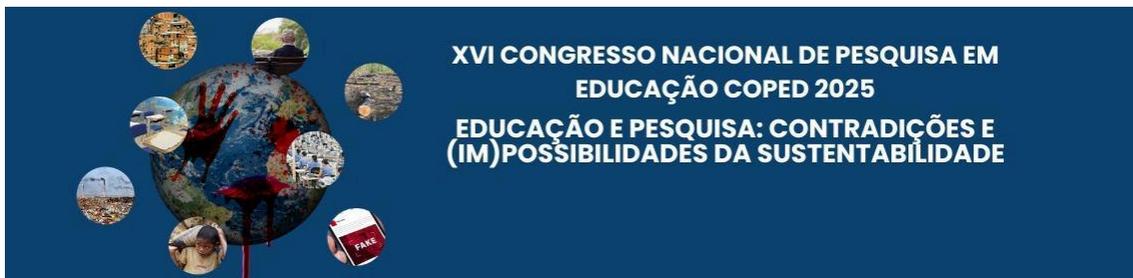
Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, com análise de relatórios do BM, legislações educacionais e produções acadêmicas.

Análise dos dados e resultados finais da pesquisa

Os estudos analisados demonstram que as diretrizes do BM incentivaram a descentralização administrativa, transferindo responsabilidades sem aumento proporcional de recursos. Essa autonomia, sem financiamento adequado, acentuou desigualdades regionais. O foco em avaliações de desempenho e o incentivo à privatização, alterando profundamente a dinâmica das escolas e universidades públicas, também aparece como um dos principais impactos das ações do BM. Essas transformações, conforme evidenciado por pesquisadores como Saviani (2008) e Dourado (2007), não apenas redefiniram prioridades orçamentárias, mas também introduziram a lógica mercadológica na gestão educacional, muitas vezes em detrimento de dimensões pedagógicas e sociais essenciais. O incentivo às avaliações em larga escala surge como critério condicional aos financiamentos. O Sistema de Avaliação da Educação Básica, o Exame Nacional do Ensino Médio e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica consolidaram um modelo de gestão educacional focado no desempenho quantitativo. Embora essas avaliações tenham permitido maior monitoramento da aprendizagem, a ênfase excessiva em indicadores numéricos reduziu a autonomia pedagógica das escolas (Afonso, 2009). Outro impacto foi a reforma do Novo Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, especialmente no que diz respeito à flexibilização curricular e à aproximação entre educação e mercado. Inspirado em modelos internacionais de gestão por competências, o novo formato enfatiza itinerários formativos e ensino técnico-profissionalizante, alinhando-se a uma visão voltada para a empregabilidade no setor produtivo. O incentivo à privatização da educação se materializou na expansão das instituições de ensino superior privadas, impulsionadas pelo Programa Universidade para Todos e pelo Fundo de Financiamento Estudantil, além da entrada de grupos empresariais na educação básica por parcerias público-privadas (Peroni, 2015). Esse movimento fortaleceu a mercantilização da educação, aumentando a independência de instituições particulares e reduzindo a capacidade do Estado de garantir ensino público, gratuito e de qualidade para todos. O impacto foi duplo: enquanto houve ampliação do acesso à educação, os déficits de qualidade permaneceram.

Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED



10 A 12 DE JUNHO DE 2025



O estudo analisa a influência do BM na reconfiguração das políticas educacionais brasileiras, seus impactos na gestão escolar, na privatização e nos sistemas de avaliação.

Considerações finais

A pesquisa mostra que a influência do BM nas políticas educacionais brasileiras integra um projeto global de reforma do Estado. Apesar de avanços como a redução da evasão escolar e expansão do ensino superior, a desigualdade educacional também se aprofundou. Diante disso, questiona-se a autonomia das políticas públicas e defende-se a urgência de políticas que revertam a financeirização da educação, reafirmando seu caráter de direito social.

Referências

AFONSO, Antonio Joaquim. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Banco Mundial e a educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação no Brasil**. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

KAPUR, Devesh; LEWIS, John Pate; WEBB, Richard. **The World Bank: its first half century**. Washington, DC: Brookings Institution, 1997.

MASON, Edward Sagendorph; ASHER, Robert Edward. **The World Bank since Bretton Woods**. Washington, DC: Brookings Institution, 1973.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado**. São Paulo: Xamã, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.